



MULHERES E FORÇAS ARMADAS: REFLEXÕES E APONTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE UM TEMA EMERGENTE

Autor: Sabrina Celestino

Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias - anirbasuff@hotmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a tecer algumas reflexões sobre a relação entre mulheres, o ensino e a carreira militar. Para os apontamentos em destaque tomamos por materialidade, a experiência profissional junto ao Exército Brasileiro e o marco representado pelo ingresso de cadetes do sexo feminino, na Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de 2018. Na presente elaboração desejamos relacionar, a vivência de mulheres às situações de combate e a inserção de fato destas nas Forças Armadas brasileiras tendo por foco, o contexto contemporâneo, no qual se objetiva a formação das futuras oficiais. As proposições que constam no presente trabalho são fruto de um exercício constante, de estudo e pesquisa sobre o tema, mas partem igualmente, das indagações cotidianas pautadas em nosso contexto de trabalho, no interior da chamada Força Terrestre.

Palavras-chave: Ensino, carreira militar, mulheres.

Introdução

As instituições de ensino classificadas como militares e as demandas impostas a estes recintos remontam, o período da Colônia e posteriormente o chamado Brasil Império, com a criação e desenvolvimento inicial dos primeiros estabelecimentos educacionais voltados à formação prática para à ação militar e ao desenvolvimento técnico empregado na estruturação da sociedade. Tais instâncias permaneceram presentes por sobre o advento da república voltados, à afirmação do princípio de nação e a necessidade de sua defesa, bem como, à difusão do ideal de desenvolvimento e modernização. Reafirmando e reconfigurado sua atuação, as referidas instituições mantiveram evidência e importância, mesmo diante das transformações que marcaram o Brasil, nas diferentes décadas que integraram o século XX.

No contexto contemporâneo, as instituições de ensino e pesquisa militares resguardam sua particularidade e autonomia, através de Leis de Ensino³ próprias aliadas, a um conjunto normativo que fundamenta suas atividades. No entanto, tais ações são igualmente unificadas pelas legislações, normativas e instâncias regulatórias do ensino, da pesquisa e da produção de conhecimento, em âmbito nacional na esfera civil, por meio da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e das orientações e prescrições prestadas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho

³No Exército o ensino militar é regido pela lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, na Marinha pela lei 11.279/2006, de 9 de fevereiro de 2006 e na Força Aérea pela lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011.

Nacional de Educação (CNE), pelo Conselho Nacional de Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento (CAPES).

Em se tratando das mulheres, as instituições de ensino e formação militares do Exército Brasileiro só facultaram o seu ingresso, a partir do final da década de 1980 e início de 1990, com a inserção de alunas nos Colégios Militares e de profissionais técnicas-especializadas nas Escolas de Formação Complementar, de Saúde e Engenharia. No que concerne à Linha de Ensino Bélico objetivado, em especial, pela Academia Militar das Agulhas Negras, a inserção de mulheres se deu oficialmente no ano de 2017, quando de sua inclusão na Escola Preparatória de Cadetes do Exército EsPECEX e em 2018, com a chegada destas na Academia Militar.

Considerando a tradição, os discursos e as práticas difundidas socialmente, que reafirmaram a atividade militar se não exclusiva, mas prioritária para o sexo masculino, o presente trabalho busca tecer algumas reflexões sobre a relação entre mulheres, o ensino e a carreira militar. Neste contexto pautado pela busca da homogeneização e padronização, intencionamos indagar sobre os rebatimentos do ingresso das militares para o contexto institucional pautado por processos de mudanças e permanências.

Nesta trajetória desejamos partilhar algumas considerações sobre o histórico das mulheres vinculadas, às situações de combate e sua inserção nas Forças Armadas brasileiras tendo por foco, a formação e atuação das futuras oficiais do Exército Brasileiro.

O lugar das mulheres em conflitos e guerras

Para refletir sobre a inserção das mulheres no ensino e na carreira militar no Brasil tendo como referência, o Exército Brasileiro consideramos que seja de suma importância, a compreensão do lugar da mulher nas situações de conflito e guerras, pois a ausência destas no âmbito oficial de formação e profissionalização militar reflete, a nosso ver, a ausência dos relatos que façam referência à presença e aos papéis assumidos pelas mulheres nos campos de batalha.

Ressaltamos a ausência de relatos para firmar a posição de que, as mulheres historicamente estiveram envolvidas em situações de conflitos e guerras atuando em funções diferenciadas que vão desde o suporte, o cuidado até a participação de fato no front. Sendo assim, para as análises propostas nos apoiamos na obra de Raymond Caire (2002), a qual analisa historicamente a chamada “Mulher Militar” percorrendo a relação histórica constituída entre as combatentes mulheres e os

Exércitos dos países cêntricos das origens aos nossos dias.

O autor destaca as chamadas mulheres guerreiras dividindo-as em duas grandes categorias quais sejam: as chefes de exército constituídas pelas rainhas, princesas e amazonas e por outro lado, as mulheres-soldados, quase sempre disfarçadas para a luta ao lado de soldados homens (CAIRE, 2002 p.37). Em se tratando do primeiro grupo, não são raros os relatos mitológicos. A própria utilização do termo amazona se refere à mulher guerreira, que entre relatos históricos oficiais e lendários seriam mulheres, que mutilavam os seios como estratégia para o domínio de instrumentos de combate como o arco e flecha.

A relação mitológica entre mulheres e guerra também pode ser verificada, no estudo de Tardin e Barreto (2017), no qual os autores ressaltam a evidenciação de Atena (Palas), como a deusa da sabedoria, da justiça, da civilização e sobremaneira e das estratégias de guerra. Em contraposição as táticas de guerra estaria Ares, o deus da “guerra selvagem” sendo a este atribuído o lado violento e voraz do combate. (TARDIM e BARRETO, 2017 p.86).

É curioso notar que, entre as representações de guerra evidenciadas por Atena e Ares, ou seja, entre as estratégias de guerra e a “guerra selvagem”, a segunda visão sobre os conflitos se sobressai até os dias atuais assim como, a evidenciação dos atores que neles participam, homens em maior número do que as mulheres e para estas últimas, no caso de algumas nações, sendo impedida a presença nas Forças Militares.

Fato é que, como esposas e mães dos soldados vinculados oficialmente aos exércitos europeus, como prostitutas e acompanhantes, andarilhas, como as que foram responsáveis pelo cuidado com os feridos de guerra alcançando assim os postos de curandeiras, como as vivandeiras e lavadeiras (CAIRE, 2002 p.18), as mulheres estiveram historicamente presentes nos campos de batalha, no entanto, dificilmente registradas nos relatos oficiais.

Tais relatos se tornam ainda mais raros, em se tratando das mulheres combatentes, que impedidas de lutaram, se faziam presentes no front disfarçadas como homens. Outro fator que dificulta, a evidenciação de mulheres em situações de combate se assenta no fato de que, se estas estavam impossibilitadas de combater oficialmente foi nas situações de exceção, quando da ausência dos homens por contingência, que muitas incorporaram e aturaram de forma decisiva nas batalhas.

Em se tratando do contexto nacional, a exemplo do questionamento levantado por BRAGA (2011), ao analisar a dimensão e complexidade da formação e história de Canudos, no final do século XIX, indagamos: Quem eram as mulheres que para lá seguiram? Qual o papel naquela comunidade? Segundo a autora, a vasta literatura existente sobre Canudos ignora as mulheres que lá estiveram e desenvolveram funções articuladas, ao funcionamento do convívio comunitário.

Com um nível de evidência um pouco maior, a qual contribuiu para seu reconhecimento como patrona do Quadro Complementar do Exército Brasileiro, Maria Quitéria, referenciada popularmente como a Joana D'arc⁴ brasileira vivenciou, o conflito relacionado à independência do Brasil, disfarçada como o “soldado medeiros” sendo partícipe, de inúmeras batalhas ocorridas no contexto baiano no final do século XVII.

Na Guerra do Paraguai, a referência de destaque feminina fora personificada na figura de Ana Neri, por meio da então inspiradora prática de cuidado que, oficialmente seria referenciada como enfermagem. Acerca deste conflito Dourado (2005) aponta fatos, que contrariam a invisibilidade e ocultamento sobre a presença feminina e a importância destas neste contexto reconhecidas, sob os signos de mulheres comuns e senhoras respeitáveis.

Se nos atemos ao conflito de guerra mais evidente registrado na história recente pautado, pela Segunda Guerra Mundial podemos compreender, a partir da contribuição oferecida por ALEKSIÉVITCH (2016) que, “o mundo foi testemunha do fenômeno feminino”, o qual segundo a autora refere, o ingresso em massa das mulheres nos exércitos oficiais em todas as especialidades militares, inclusive naquelas consideradas típicas e exclusivamente masculinas, fato que teria demandando uma adequação linguística das denominações militares que, até o momento, não possuíam substantivo feminino devido ao fato, das mulheres nunca terem desempenhado estas funções.

Neste que foi o mais emblemático conflito do século XX, o Brasil representado como Força aliada, vivenciou o marco histórico de formação dos quadros de enfermeiras vinculadas à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Na análise desta atuação BERNARDES e LOPES (2007), ao refletirem sobre a vinculação das enfermeiras brasileiras à FEB, no front italiano demonstram que, no Teatro de Operações (T.O), as enfermeiras teriam ocupado os espaços sociais consentidos, considerando a demanda pela atividade de cuidado que lhes fora atribuída. As autoras argumentam

⁴ Conhecida como a Donzela de Orleans assumiu posição de direção na Guerra dos Cem Anos. Foi executada queimada na fogueira e como mártir foi eleita a padroeira da França. Vide Beaune, Colette: Joana D'Arc: Verdades e Lendas. Cassará Editora, 2013.

ainda que as profissionais mantiveram estes espaços ao longo da Guerra e que em alguma medida, alcançaram posições de destaque sendo reconhecidas pelos militares do sexo masculino, dentre os quais, se vinculavam os superiores hierárquicos.

O passo acima destacado só pode ter progressão reconhecida de fato, a partir da década de 1980, quando a Marinha do Brasil se abre para a composição do quadro denominado Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, sendo seguida pela incorporação de mulheres na Força Aérea Brasileira e na década de 1990, da incorporação do segmento feminino, no Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

No entanto a inserção das mulheres no contexto das Forças Armadas até então se realizou no âmbito de constituição de carreira, sendo a formação militar realizada de forma superficial e não com atividade fim. Tal particularidade implicou, até muito recentemente, no fato de que, as mulheres militares não poderiam ocupar, os mais altos postos de comando nas Forças Armadas considerando que, não possuíam a formação genuinamente militar.

É importante notar que, apesar da presença e posição ocupada nos contextos de conflitos e guerras, os quais buscamos destacar, o lugar das mulheres nas Forças Militares fora historicamente e marcadamente no contexto nacional, denominado como complementar e auxiliary. Apenas muito recentemente a inserção do chamado segmento feminino, suas atividades profissionais e carreiras foram vinculadas às atividades fins destas instituições.

Mulheres e Forças Armadas no Brasil: Considerações sobre o ensino e carreira militar

A carreira em uma instituição militar pode ser constituída mediante diferentes formas de acesso. Em se tratando das Forças Armadas brasileiras, a inserção pode ser realizada de forma inicial e indireta, por meio da formação e ensino militar em nível básico desenvolvido pelos Colégios Militares, de forma específica em nível intermediário nas Escolas Preparatórias e de forma objetiva, no ensino superior militar propagado nas Academias e Escolas, no período de 4 a cinco anos para oficiais e de dois a três anos para praças. De outro modo, a carreira pode ser estruturada mediante a aprovação em concurso para os quadros complementares referindo, a incorporação de profissionais de nível superior e/ou técnico, com formações em diversas áreas do conhecimento sendo, a socialização militar desenvolvida, nas Escolas Complementares ao longo de um período

determinado.

A esta composição se alia ainda, a constituição do quadro técnico temporário para oficiais e praças, ou seja, profissionais que são militares, mas que não possuem estabilidade podendo permanecer por até oito anos nos quadros das Forças Armadas. Para estes, a formação em nível militar é realizada de forma compacta em um e/ou até três meses.

Nestas duas “portas de entrada” para a carreira militar, em se tratando de mulheres, a vinculação legal e oficial ao ensino militar e a trajetória na constituição da carreira se deu muito recentemente no final dos anos de 1980.

A Marinha do Brasil (MB) foi a primeira das três Forças Armadas brasileiras, a abrir espaço para o ingresso das mulheres. Em 1980 foram admitidas as primeiras militares no chamado Corpo Auxiliar Feminino da Reserva (CAFRM), profissionais já qualificadas em diferentes áreas do conhecimento requeridas à desenvolverem atividades técnicas na Força Naval.

Na Força Aérea Brasileira (FAB), o decreto 8.325 de 1981 cria o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA) objetivado, por meio do Quadro Feminino de Oficiais (QFO) e do Quadro Feminino de Graduados (QFG). Assim como na Força Naval, às mulheres militares da FAB destinavam-se, o exercício de funções técnicas e administrativas sendo esta vinculação, de caráter inicialmente temporário efetivada em 1990.

O Exército Brasileiro foi a última das três Forças, a permitir o ingresso das mulheres na carreira militar e, tal como as demais, a inserção ocorreu por meio de quadro indicado como complementar. Em 1992, 52 mulheres foram admitidas na primeira turma da extinta Escola de Administração do Exército (EsSAEx), hoje chamada de Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), a qual formou e ainda forma, o Quadro Complementar de Oficiais (QCO) criado pela Lei 7.831 de 1989. É importante salientar que, enquanto Marinha e Força Aérea criaram quadros femininos, o QCO era e ainda é misto.

No cerne destes processos é necessário ressaltar que, a inserção das mulheres nas Forças Armadas não estava vinculada, a execução de suas atividades fim relacionadas estritamente, a execução das ações direcionadas pelo ensino bélico de caráter eminentemente militar, haja vista, que no âmbito do ensino militar, a presença de mulheres ainda era impossibilitada. Este quadro começa a se alterar, com a abertura do ingresso de adolescentes do sexo feminino no Sistema Colégio Militar do Brasil.

O Imperial Colégio Militar do Brasil foi criado em 1889 pelo Decreto 10.202, com a função de instrução e educação militar aos filhos dos oficiais e demais reformados e honorários do Exército e da Armada (Marinha). Entre o caráter de prestar assistência e contribuir para a formação inicial dos jovens que seguiriam a carreira militar, a primeira unidade sediada no Rio de Janeiro e as demais criadas em todo o Brasil, transitam gradativamente de um ensino desenvolvido de forma particularizada para se vincular as bases do ensino público federal nacional.

Sendo assim, em 1989, ou seja, cem anos após sua criação, este Sistema de Ensino materializado pelos Colégios Militares do Brasil, sob gestão do Exército Brasileiro facultou, o ingresso de adolescentes do sexo feminino. É válido ressaltar que, apesar de se constituírem como instituições de ensino públicas federais voltadas, a formação no ensino fundamental e médio pela dinâmica e particularidade apresentada, os referidos estabelecimentos de ensino ainda representam uma aproximação inicial à trajetória para a carreira militar no Exército Brasileiro. Neste contexto, a impossibilidade do ingresso de meninas nos Colégios Militares referia, a evidência da impossibilidade da constituição de carreira militar vinculada ao ensino bélico. Acerca deste aspecto, ao analisar a inserção de meninas no Colégio Militar de Brasília Thelmy Arruda de Rezende destaca que:

A exclusão das mulheres dos seus quadros, por tanto tempo funcionou como uma tecnologia de gênero, reforçada da visão binária e hierarquizada do social, cujo polo positivo (força, vigor, autoridade, inteligência) encontrava-se fixado no masculino. Estas representações sociais só começaram a ser abaladas em 1989, com a chegada das 50 alunas que integrariam a primeira turma de meninas a estudar no Colégio Militar de Brasília. (REZENDE, 2009 p.29)

Aliado ao ingresso de meninas nos Colégios Militares e a constituição da Carreira do Quadro Complementar, em 1996 a Força Terrestre integrou mulheres médicas, farmacêuticas, dentistas, veterinárias e enfermeiras para o Serviço Militar Feminino. No ano seguinte, outras duas possibilidades na carreira e ensino no âmbito do Exército se abriam para as mulheres, a carreira de engenharia militar no Instituto Militar de Engenharia e medicina na Escola de Saúde do Exército (EsSEx).

Assim, por meio de concurso público, a mulher ocupou espaço na carreira militar na EsFCEx, na EsSEx, no IME e na Escola de Sargentos de Logística (EsSLog). Paralelamente era possível ainda, o serviço temporário para Oficiais Técnico-Temporários (OTT) e Sargentos temporários, por meio de seleção efetuada nas Regiões Militares.

Se ao final dos anos de 1980 e início da década de 1990 podemos identificar progressos positivos, no ingresso das mulheres nas Forças Armadas brasileiras, essa trajetória não se realizou pela via das atividades fim das Forças, mas pela composição do chamado quadro complementar, com formação militar específica e assessoria as atividades fins.

A inserção efetiva por meio do ensino militar, se deu inicialmente na Academia Militar da Força Aérea (AFA), em 1996, quando destaca-se a formação do primeiro grupo de mulheres exclusivamente para o curso de intendência. Ainda na FAB em 2003, às mulheres ingressam no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, na habilitação como pilotos de caça. Marinha e Exército só possibilitam a inserção de mulheres em sua linha de ensino militar bélico, a partir de 2012, após determinação oficial que regulamentou esta ação.

Em se tratando do Exército Brasileiro, a Lei 12.705, de 2012 normatizou os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira possibilitando, o ingresso de mulheres na Escola Preparatória e na Academia Militar das Agulhas Negras, no entanto, designando áreas específicas para sua formação. A exemplo do que inicialmente ocorreu na Força Aérea Brasileira, as cadetes da AMAN só poderão optar pelos quadro e serviço de Material Bélico e Intendência, assim como, na Marinha onde as alunas da Escola Naval ficam restritas ao serviço de Intendência.

Os argumentos para a referida restrição, se assentam nas exigências operacionais e de vigor físico, que as demais armas demandariam e que o corpo feminino supostamente não corresponderia. Ou seja, o corpo feminino neste contexto se torna fator de distinção no sentido de interdição.

Sobre o fator de diferença sexual, os estudos sobre gênero têm suas origens assentadas no questionamento, dos argumentos propostos como verdades absolutas e naturalizadas, que estabeleceram e relegaram papéis sociais pautados pelo sexo atribuindo, sobretudo para o corpo feminino, definições instauradas segundo premissas fundamentadas por relações de poder. Acerca deste aspecto SWAIN (2010) destaca que:

Em si, a diferença sexual não é positiva nem negativa, mas torna-se política quando é marco de desigualdade, criada a partir de uma evidência corpórea “ natural” , o que oculta os mecanismos de poder de sua construção. Se a diferença pode ser filosófica ou biológica em seu ponto de partida, torna-se forma de poder político ao estabelecer a desigualdade, a inferioridade social .(SWAIN, 2010 p.2/3).

Como refletir então sobre um conteúdo de diferenciação inscrito em contextos de ensino

que, a priori seria recurso homogeneizador? As instituições de ensino militar se **constituiriam como** recintos, conforme destaca Castro (1990), onde são inculcados o chamado Espírito Militar representado, por um conteúdo de unidade instaurado por sobre o contexto interno diferenciado do contexto civil.

Neste âmbito, a socialização militar se assenta em princípios de hierarquia, disciplina, padronização, mérito e igualdade. No entanto, tais princípios foram estabelecidos em um contexto institucional, em meio ao qual, apesar das inevitáveis mudanças realizadas ao longo de sua história resiste, a alterações de monta em sua estrutura e cotidiano de desenvolvimento de suas ações ressaltando, a importância do resguardo das tradições.

O ingresso das mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras reporta demandas profundas de análise, estudo e pesquisa sobre uma instituição assentada tradicionalmente, sob os pilares de constituição não só do corpo, mas do imaginário social inscrito sobre a dinâmica do masculino. Neste contexto, cabe analisar o rebatimento das transformações sociais, políticas e econômicas junto a formação militar considerando, os preceitos primados e conservados pela instituição.

O que para nós se constitui como prerrogativa de análise revela-se no dado de que para além de relações de igualdade nas diferenças, questões relacionadas a posições de comando e poder tem sido relativizadas no universo acima aludido devido, ao ingresso na instituição e potencial alcance de postos de destaque, por sujeitos até então impedidos de tal feito pelo fato determinante de serem mulheres.

Conclusão

As considerações pautadas na presente construção são fruto da inserção e atuação cotidiana, como docente e pesquisadora vinculada, a uma instituição militar tendo por horizonte, a fundamentação pautada pelas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas e por foco, a análise sobre a elaboração e execução de políticas públicas. Neste contexto, nos debruçamos sobre as análises que se assentam, sobre a chamada dimensão humana da Força, buscando refletir sobre os processos instituídos e instituintes inscritos no contexto institucional vivenciados, pautados e rebatidos por sobre os sujeitos e as práticas que integram este âmbito.

Neste universo podemos partilhar que, ao ingressar em uma instituição militar, dependendo do caráter que esta apresente, se operacional, da área de saúde e/ou unidade administrativa, o contraste da diferença da presença de homens e mulheres pode ser evidente. Em se tratando da observação dos cargos de chefia e Comando, o referido contraste se torna ainda mais profundo, pois

tais instâncias, a exemplo do contexto civil, são eminentemente ocupadas por homens.

No entanto, ao contrário do contexto civil, que não consegue oferecer respostas objetivas e apriorísticas sobre o conteúdo de desigualdade nas relações de poder, no contexto das instituições militares das Forças Armadas, as respostas para o não acesso de mulheres aos altos postos de chefia e commando, se relaciona instantaneamente, ao fato destas, até um passado recente, não estarem presentes nas instituições de formação militar, quais sejam: as Academias e Escolas Militares.

A vinculação das mulheres as situações de combate e guerra foi historicamente referida, às atividades de suporte e cuidado. Em se tratando da carreira militar nas Forças Armadas brasileiras, esta foi possibilitada referenciando o lugar de auxiliar e complementar apartada do ensino militar, o qual garante o direito, o estatuto e a legitimidade para assumir os postos de Comando e consequentemente possibilita a horizontalidade nas relações de poder.

A inserção das mulheres no ensino militar bélico evidencia concretamente, a possibilidade de alteração da dinâmica historicamente construída e conservada neste espaço, que alijou as mulheres da possibilidade de desejar e optar pela carreira militar nesta configuração. No entanto, quando deste ingresso, o universo de escolhas para o sexo feminino ainda apresenta restrições, no que concernem as opções pelos claros a serem ocupados restritos aos quadros e serviços de Material Bélico e Intendência.

O ensino e a carreira militar são evidenciados tradicionalmente pelo conteúdo de indistinção e padronização das ações, no entanto, no momento presente, em se tratando do ingresso e permanência de mulheres na carreira militar, esta evidência de ensino tem referenciado conteúdo restrito e de distinção, em se tratando do sexo feminino, que não possui a possibilidade de optar por uma trajetória voltada ao contexto operacional.

As armas de Cavalaria, Infantaria e Artilharia são reconhecidas pelo caráter operacional, que revela, segundo os discursos desenvolvidos por sobre este contexto, a necessidade de vigor e hígidez física, os quais supostamente não conseguiriam ser alcançado pelas mulheres. Sendo assim, o discurso de formação para guerra e combate se volta ao dilema histórico e mitológico pautado pela representação entre Atenas, a deusa da estratégia de guerra e Ades, o deus da guerra sangrenta.

Neste sentido, a operacionalidade toma contornos de masculinidade e as características para tal não pertencendo as mulheres, a nosso ver ainda faz deste grupo acessório e complementar, ainda que inserido no ensino que se constitui como atividade fim das Forças Armadas.

A nosso ver, a relação entre a possibilidade de escolha e as demandas a serem atingidas,

ainda está em muito ocultada da formação militar, na qual se inserem as mulheres. O direito a ter escolhas é um direito conquistado historicamente, que não deve ser relativizado, sem perder de vista, os requisitos demandados para o exercício de cargos e funções, aos quais nem todos os sujeitos sejam eles homens e/ou mulheres de fato alcançarão.

Inúmeras indagações pairam sobre o contexto militar desafiando-nos a compreender o lugar (consentido e conquistado) das mulheres neste espaço. Sendo assim, se a possibilidade de ingresso no âmbito do ensino representou uma conquista evidente, inúmeras outras questões têm se colocado no cotidiano institucional pautado por mudanças, mas igualmente por inúmeras permanências, que nos instigam ao movimento de ensino, pesquisa e produção de conhecimento.

Referências:

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ANDRADA, Sheila Aragão de; PERES, Helena Maria. **Mulheres a Bordo: 30 Anos da Mulher Militar na Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Hmpres e Associados, 2012.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertrudes Teixeira. As enfermeiras da força expedicionária brasileira no front italiano. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. 2007, v. 41, n. 3, p. 447-453. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342007000300015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 de maio. 2018.

CAIRE, Raymond. **A mulher militar das origens aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

BRAGA, Udinéia. Canudos: uma guerra muitas mulheres. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299710872_ARQUIVO_Canudosspp.pdf> Acessado em 03 de maio de 2018.

BRASIL. **Decreto 10.202 de 09 de março de 1889**. Aprova o regulamento para o Imperial Colégio Militar. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>> Acessado em 03 de maio de 2018.

_____. **Lei 9.786 de 8 de fevereiro de 1999**. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9786.htm> . Acessado em 03 de maio de 2018.

_____. **Lei 11.279 de 9 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre o Ensino na Marinha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111279.htm> Acessado em 03 de

maio de 2018.

_____. **Lei 12.705 de 8 de agosto de 2012.** Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112705.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2018.

DEL PRIORI, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LANNES, S. B. de. A inserção da mulher no moderno Exército Brasileiro. **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**, – Niterói- RJ: II ENABED, 2008. Disponível em:

<http://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=73>. Acesso em: 03 de maio 2018.

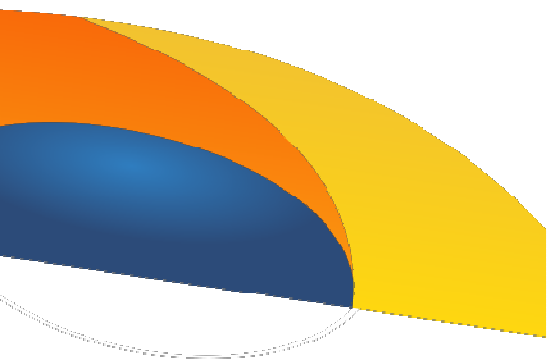
REZENDE, Thelmy Arruda de. **Meninas não entram:** Edição comemorativa dos 20 anos de ingresso das Alunas Pioneiras no Colégio Militar de Brasília: 1989-1995. Brasília: Colégio Militar de Brasília, 2009.

SANTOS, Marina Miranda Lery. **Da sombra aos holofotes:** a construção da identidade das primeiras mulheres aviadora da Força Aérea Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SANTOS Marina Miranda Lery; COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **Mulheres na Força Aérea Brasileira: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras.** Revista Estudos de Psicologia. 3. ed. Natal: UFRN, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n3/a05v15n3.pdf>>. Acesso em: 03 de maio. 2018.

SWAIN, Tânia Navarro. **Corpos Construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação.** Disponível em: <http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-corpos_construidos.pdf> Acessado em 03 de março de 2018.

TARDIN, Elaine Borges e BARRETO, Luís Otávio de Azevedo. Mulheres Guerreiras: Entre a história e a mitologia. **Revista Transformar** 10 ed Itaperuna, 2017. Disponível em: <<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/94>> p 85 a 102. Acessado em 03 de maio de 2018.



(83) 3322.3222
contato@ceduce.com.br
www.ceduce.com.br